

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Jornal de Brasília Class.: _____Data: 03.05.87 Pg.: _____**CSN veta concessão de
190
área indígena em RR**

A orientação do representante da secretaria do Conselho de Segurança Nacional no grupo interministerial de reconhecimento das áreas indígenas, coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, é de só considerar uma área indígena depois de consultar os empresários. A primeira ocorrência desta natureza foi no dia nove de abril, quando o grupo se reuniu e o representante do CSN vetou a área dos waimiri-atroari, em Roraima. O principal interessado nesta área é o empresário Otávio Lacombe, da empresa de mineração Paranapanema.

Lacombe, na reunião dos empresários com o presidente Sarney, em 22 de março passado, reclamou da extensão territorial das áreas indígenas e, depois disso, o representante do CSN vetou o reconhecimento da área waimiri-atroari, sem nenhuma explicação. Participaram desta reunião representantes do Ministério de Reforma Agrária, André Villas-Boas, da Funai, Romero Jucá, presidente do órgão, Daniel Marques, superintendente de terras, e Sônia Demarquet, da Divisão de Identificação da Funai. Não houve protestos sobre a decisão do coronel Carneiro.

As demarcações e reconhecimentos de áreas indígenas so-

freram um processo de mudança no governo Sarney.

Até agora, mesmo depois que a secretária do Conselho de Segurança Nacional passou a decidir sobre a demarcação das áreas, as dificuldades se resumiam apenas na dimensão dos territórios indígenas. A partir de dezembro de 85, entretanto, sem qualquer definição, o CSN tem vetado as áreas que se encontram em faixa de fronteira, áreas contíguas, partindo do critério de que entre duas áreas indígenas deve existir uma faixa de território controlado pela sociedade nacional, áreas que ocupem as duas margens de rios importantes e áreas nas proximidades de rodovias. O território waimiri-atroari não se enquadra em nenhum destes itens e mesmo assim será revisto.

Estes critérios para reconhecimento e posterior demarcação das áreas indígenas afetam os grupos da Amazônia, onde o governo mantém convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, para asfaltamento da rodovia que liga Porto Velho a Rio Branco. Nessa área, os recursos externos (BID) chegam a dez milhões de dólares e, na próxima semana, o banco quer tomar conhecimento sobre o cumprimento das cláusulas do contrato.